

Reforma agrária deve ser definida pelo voto

Da Sucursal de Brasília

A questão da reforma agrária será resolvida no Congresso constituinte apenas na hora da votação em plenário, quando deverá ser o tema mais explosivo, até mais do que o da anistia. "A reforma agrária vai ser definida no voto", diz o líder do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas (SP), de centro-esquerda (segundo levantamento da Folha publicado no caderno "Os Eleitos" em 19 de janeiro), admitindo que será impossível um acordo em torno do texto do substitutivo apresentado pelo relator Bernardo Cabral à Comissão de Sistematização no dia 26.

O texto de Bernardo Cabral é, aproximadamente, o que resultou do trabalho do chamado "grupo do consenso", liderado pelo deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), de centro-esquerda, com pontos negociados com o "grupo dos moderados", liderado pelo senador José Richa (PMDB-PR), de centro. Na preparação do substitutivo, este trabalho ficou por conta dos senadores Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), de centro-esquerda, e Virgílio Távora (PDS-CE), de direita.

"Se desagradou à esquerda e à direita, é um sinal de que está bom, de que é resultado de um consenso. Se agradasse a um lado só, então estaria ruim", diz o deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), de centro-esquerda, que gostou do texto. Os "conservadores" dizem que o substitutivo deixa a propriedade produtiva à mercê de desapropriações e torna o Poder Judiciário impotente para impedir uma desapropriação injusta. A esquerda prefere que a imissão de posse seja imediata, defende um limite para o tamanho da propriedade rural e gostaria de ver mais detalhada a questão no texto



Mário Covas



Alysson Paulinelli

constitucional, sem tantas remessas à lei ordinária ou complementar.

O ministro da Reforma Agrária, Marcos Freire, afirma que o prazo de noventa dias para que o Judiciário decida sobre a improdutividade ou não da terra expropriada "vai facilitar" a reforma agrária, pois hoje, segundo ele, o processo é muito lento. Freire, no entanto, diz que a posição do Ministério da Reforma Agrária sempre foi pela "imissão imediata de posse", ou seja, o Estado torna-se imediatamente o proprietário da terra uma vez decidida e decretada a expropriação. O ministro defende também a limitação do tamanho da propriedade rural. "A Constituição deve prever a limitação do número de módulos que uma pessoa tenha direito de possuir no país", diz Marcos Freire. Mas deve estabelecer "apenas o princípio", remetendo para a legislação ordinária a especificação do tamanho. "Deixar como está será um retrocesso, que derru-

bará por terra os passos positivos do Estatuto da Terra, do governo Castelo Branco", justifica o ministro.

O deputado Alysson Paulinelli (PFL-MG), de direita, reduziria todo o capítulo da Reforma Agrária na Constituição a três artigos. Ele argumenta que não há por que detalhar o assunto, já que "uma Constituição deve ser perene, enquanto a reforma agrária é um programa que se extingue, quando concluído". Ele remeteria quase tudo à legislação ordinária. O deputado Fernando Gasparian discorda. "Juridicamente ele está correto. Mas se não for assim, não teremos nunca uma reforma agrária no país". E diz que a Constituição norte-americana até hoje tem um artigo que garante o direito de todo cidadão possuir uma arma de fogo. "Foi a exigência de um período violento da história deles. Hoje, é um dispositivo inútil e até absurdo, mas foi importante em um período histórico. É o caso da reforma agrária", diz Gasparian.

UDR levará ao Mirad projeto de reforma

Da Sucursal de Porto Alegre

O presidente nacional da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, afirmou ontem em Porto Alegre (RS) que no próximo dia 1º de setembro a entidade levará ao ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Marcos Freire, uma proposta de reforma agrária a ser realizada que trará um "projeto de assentamento sem conteúdo ideológico".

Caiado não quis antecipar detalhes da proposta alegando "delicadeza em relação ao ministro", mas acrescentou que a UDR, segundo ele, vai provar que é favorável a uma reforma agrária justa onde os "invasores profissionais não sejam contemplados com lotes de terra".

"Decurso de prazo"

O presidente da UDR responsabilizou "o senador Fernando Henrique Cardoso e os relatores adjuntos da Constituinte pela elaboração de um anteprojeto inviável e desrespeitoso da livre iniciativa", que, segundo ele, contém "absurdos como o decurso de prazo em relação à reforma agrária".

Segundo Caiado, de acordo com o anteprojeto qualquer propriedade rural, noventa dias após a desapropriação, pode ser colocada à disposição do Incra e ter sua posse imitada mesmo em provando-se que se trata de uma empresa rural. "Isto é uma verdadeira guilhotina para o produtor", disse Caiado, que ontem à noite deveria falar em Porto Alegre para uma platéia de mil produtores rurais e empresários gaúchos.

'Lobbies' agem agora nos bastidores

O "lobby" da reforma agrária superou a fase das grandes manifestações, do barulho e demonstrações de força, e ocupa agora os bastidores das negociações, no interior dos gabinetes e mesas dos constituintes e ministros. Apesar dos objetivos conflitantes, todas as correntes adotam técnicas parecidas, inclusive o próprio Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad).

Pouco depois da sua posse, em 4 de junho, o novo ministro, Marcos Freire, reuniu em sua casa 23 constituintes, entre eles o líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique (SC), de centro-esquerda, o secretário-geral do PMDB, Milton Reis (MG), de centro, e o 1º secretário do Congresso constituinte, Marcelo Cordeiro (BA), de esquerda. Entre rodadas de uísque, vinho e canapés, Marcos Freire começou um paciente trabalho de garantir, pelo menos, que não houvesse "retrocesso em relação à legislação atual sobre a reforma agrária", que é o objetivo do "lobby" do Mirad, nas palavras de José Eduardo Raduan, 34, presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), órgão vinculado ao ministério.

Ex-senador, Marcos Freire pautou seu trabalho na base de contatos pessoais com os constituintes, em seu gabinete, onde defendeu a imissão imediata na posse desapropriada junto a deputados como Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), de centro-direita, e Bonifácio de Andrada (PDS-MG), de centro-direita. Em amplitude, a atividade mais evidente foi uma "Carta aos constituintes", enviada a todos os parlamentares e lida na tribuna pelo filho do ministro, Luiz Freire, 30, de centro, deputado pelo PMDB pernambucano.

A imissão imediata na posse da terra é a questão que mais mobiliza atualmente a UDR —União Democrática Ruralista—, que conta com o "lobby" melhor organizado no Con-

gresso constituinte. Instalado na sede nacional da entidade, numa sobrelha do Setor de Autarquias Sul, em Brasília, o diretor de operações Cesmar Moura garante que a UDR tem mais de 50% dos votos no plenário, mas nega-se a revelar o nome dos aliados, por "estratégia".

Segundo Moura, a estrutura fixa da UDR em Brasília é pequena, "mas é muito fácil mobilizar nosso sócio em todo o Brasil" —150 mil sócios, afirma. A maior prova disso, acrescenta, foi a passeata do dia 11 de julho em Brasília, que reuniu 30 mil pessoas na Esplanada dos Ministérios. "Organizamos tudo em 48 horas", disse Cesmar Moura, acrescentando que as despesas sempre são divididas entre todas as regionais, suavizando o custo.

No outro lado da trincheira ideológica, os defensores da reforma agrária se agrupam em entidades como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terras e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Segundo o secretário-geral da Contag, André Montalvão, 43, a Contag mantém no Congresso constituinte três pessoas, para informar à entidade não só sobre as discussões acerca da reforma agrária, mas de questões diretamente ligadas aos trabalhadores.

Com o auxílio do Diap —Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar— a Contag vem tentando incluir uma reforma agrária "o mais ampla possível" no texto da nova Carta. As entidades ligadas aos trabalhadores talvez sejam um exceção parcial ao "lobby" predominantemente de gabinete hoje em dia. "Tentamos manter sempre um certo número de trabalhadores no Congresso, como uma forma de pressão" diz Montalvão.

DESTAQUES

APARTAMENTO POMPEIA
2 DORMS - 2 GRs.
OCASIÃO
Ensolarado apto. vago c/ams., amplo liv., coz. e dep. emp. Em excel. edif. moderno.

UNIVENDAS
Av. Pompeia, 1919
F.: 263-9722

MOEMA
P/VENDER HOJE
3 DS/SUITE + GR.
3.180.000.
Lux. edif. de renomada constr. lazer total c/pisc. aptº DECORADO, amplos amb. sociais c/carp. 12mm., dorms c/lindos AE (3º opc.), banhs c/boxes cristal, copa/coz. KIT-CHENS, depend. serv., NÃO PERCAM, Tr. Av. 9 de Julho, 4373 - Tel.: 887-7626 - Creci 13057

PAULO ROBERTO LEARDI

COELHO DA FONSECA
V. MARIANA
3.700.000
3 DORMS.
GAR.
R. Estados Unidos, 209
PBX 887-1611

PERDIZES
3 Dorms (1 suite)
2.700.000,00
O melhor negócio do barro. Edifício em final de acabamento. Living com terraço, pisc. em tábuas de ipê, cozinha, lavanderia, dep. comp. empregada, garagem privativa. Piscina, salão de festas, playground. Aceita apto. mel. no valor.

HIGIENÓPOLIS
"Última Chance"
3 Dorms - Ste-2
2 Garagens.
Só 4.500.000.
Local Nobre!
ABREU COELHO
887.0922

HIGIENÓPOLIS
3 DORMS 240 M2
1 P/ANDAR
C\$ 4.750.000
Ampla, suite c/closet. Box escrito. Tudo no barro nobre. Raridade. F.885-0633
Tr. Rua Estados Unidos, 384
Tel.: 885-0633 - Creci 30403

FREMA
ADM. PREDIAL LTDA.
R. Pa. ANTONIO THOMAZ, 212
PABX 872-0699

abreu coelho
IMÓVEIS LTDA.
Sindicatizado Creci 2386

SELEÇÃO
IMÓVEIS ADM.

SOBRADO - VAGO
JABAQUARA
2 DORMS.
2 GARGS.
C\$ 1.500.000,00
Exc. local. Av. Bosque da Saúde, 2146.
Creci 12.144

ITAIM 4 SUITES
3 GARS.
Um por andar, c/ sala de entr. gde. a soc. c/ terr. dt. sala de jantar, lavabo, 4 suites. (o principal c/ dois closets), s. íntima banh. c/ hidromassagem, acab. de alto luxo, pisc., sauna, s. ginástica em espet. loc. C\$ 13.500.000,00. Tel.: 67-0126 e 67-7806

TIJOLO MOEDA FORTE

IBIRAPUERA
SOBRADO - 3 DORMS.
Sensacional loc., rua tranquila e arborizada. 2 amplos salos, lavabo, exc. coz. e demais dep. Preço 3.300.000. Ref.: 0114. Maiores inf.: 884.35.73 - 884.49.44.

PAULO MARTINELLI
215-8417 914-4122

Capuano
IMÓVEIS ENGENHARIA
AV. PALMIRIM 1497, SDO. LÍV. 8787
TEL. 825.3266

Pointer Imóveis
1 Thomas Carrilho, 888 - Creci 1184

ESTAS E OUTRAS OFERTAS VOCÊ ENCONTRA NO

Classifolia

EM CADA ANUNCIO UM BOM NEGÓCIO.

Sem-terra abandonam área em SC com ajuda da polícia

Da Sucursal de Curitiba

Os duzentos agricultores sem terra que ocupavam há nove dias uma área na divisa sul da Fazenda Volta Grande, em Abelardo Luz (780 km a oeste de Florianópolis) desmontaram seu acampamento ontem pela manhã com a ajuda da Polícia Militar, e encerraram, pacificamente, a invasão, dentro do acordo para reintegração de posse ao proprietário Claudio Kiryla. A maior parte dos produtores da UDR, que ocupavam a sede da fazenda para pressionar a polícia a executar rapidamente o despejo, deixou a área na noite de sexta-feira, depois da garantia da saída pacífica dos agricultores, dada pelo juiz de Abelardo Luz, Cesar Mimoso de Abreu.

do comando da PM no oeste catariense deixou Chapecó às 4h da manhã de ontem, e chegou a área invadida na fazenda Volta Grande às 7h para executar o despejo. Depois de informar os agricultores sem terra de que a área invadida deveria ser desocupada, os policiais esperaram que os acampados tomassem café e ajudaram na desmontagem das barracas de lona plásticas, sem que fosse registrado qualquer incidente.

Os sem-terra foram transportados em cinco caminhões até os assentamentos Papua II e Capão Grande, próximos à área. A maior parte das famílias deve permanecer provisoriamente nos assentamentos, à espera da chegada de um representante do Incra, para discutir a possibilidade de assentamento em outra área.

"Correio de Notícias"



Agricultores sem terra deixam a fazenda em SC com ajuda da PM

Tema polariza debate constituinte

Da Sucursal de Brasília

A reforma agrária tem funcionado, desde o início dos trabalhos do Congresso constituinte, como um divisor de águas entre os parlamentares mais à esquerda e mais à direita —também denominados de "progressistas" e "conservadores".

A polarização vem desde a Subcomissão da Política Agrária e Fundiária e da Reforma Agrária, dividida praticamente ao meio desde sua formação. Dos 25 membros da subcomissão, treze —liderados pelo relator, deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE)— defendiam o ponto de vista dos "progressistas" em favor de uma reforma agrária bem mais "avançada" em relação ao Estatuto da Terra. Os outros doze compunham o bloco "conservador", que incluía o presidente da subcomissão, deputado Edison Lobão (PFL-MA). Esse grupo se empenhou em pôr limites ao processo de reforma agrária, enfatizando a defesa do direito de propriedade.

O primeiro grande confronto se deu na votação do relatório de Oswaldo Lima Filho, que espelhava as posições dos "progressistas". A ausência do deputado "progressista" Benedito Monteiro (PMDB-PA), substituído pelo suplente Oswaldo Almeida (PL-RJ), da facção oposta, inverteu a correlação de forças no primeiro dia da votação. De minoria, os "conservadores" se transformaram em maioria e, pela diferença de um voto, rejeitaram o relatório de Lima Filho.

No dia seguinte, com o regresso de Benedito Monteiro, os "progressistas" se tornaram novamente majoritários. Conseguiram impedir que os "conservadores" aprovassem o projeto substitutivo de autoria do deputado Arnaldo Rosa Prata (PMDB-MG). Restaram aprovados apenas dois artigos: um que estabelecia o direito à propriedade rural e dizia

que ela deve cumprir uma "função social", e outro que cria "varas especiais para dirimir conflitos fundiários nas regiões de tensão social".

O impasse se repetiu na Comissão da Ordem Econômica, instância imediatamente superior ao Congresso constituinte. O relatório do senador Severo Gomes (PMDB-SP) incorporou os principais pontos do relatório de Lima Filho e foi rejeitado pela maioria dos membros da comissão. Desta vez, os "conservadores" detinham maioria expressiva, o que garantiu a aprovação de um texto substitutivo, elaborado pelo deputado Jorge Viana (PMDB-BA).

A aprovação desse substitutivo não ocorreu sem incidentes. Em minoria, e diante de galerias lotadas por partidários e inimigos da reforma agrária, os "progressistas" tentaram tumultuar o processo de votação. A primeira sessão em que se tentou votar chegou a ser suspensa, depois de cenas de luta corporal entre "progressistas" e "conservadores" mais exaltados. "Progressistas" chegaram a arrancar o microfone das mãos de oradores "conservadores" e o deputado Luiz Alfredo Salomão (PDT-RJ), de centro-esquerda, rasgou o texto do substitutivo de Jorge Viana. Mas o presidente da comissão, deputado José Lins (PFL-CE), garantiu a vitória da ala "conservadora".

O texto aprovado não foi acatado pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), na elaboração dos dois anteprojeto que apresentou ao Congresso constituinte. O substitutivo atualmente em discussão pendente bem mais para as posições "progressistas", que foram atendidas em sua proposta de imissão de posse das terras desapropriadas para fins de reforma agrária independente de decisão judicial.